



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

www.mariadafe.mg.gov.br

DECRETO Nº 4.010, DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA DE MARIA DA FÉ, CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.375, DE 07 DE ABRIL DE 2009.

A Prefeita Municipal de Maria da Fé, PATRÍCIA SANTOS DE ALMEIDA BERNARDO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 67, VII, da Lei Orgânica Municipal e,

Considerando a necessidade de regulamentar O Fundo Municipal de Cultura – FMC, instituído pela Lei Municipal nº 1.375 de 07 de abril de 2009, no âmbito do Município de Maria da Fé,

Considerando que a aludida regulamentação dará o imprescindível suporte operacional às ações que serão desenvolvidas com os recursos alocados ao Fundo Municipal da Cultura - FMC;

Considerando que esta regulamentação também proporcionará ao Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé, através do Fundo Municipal de Cultura, um aporte de recursos oriundos dos orçamentos do Município, do Estado e da União; do recebimento de outras formas de contribuições altruísticas, tais como legados, doações e aportes de entidades públicas de âmbito nacional ou internacional, mediante termo de cooperação; bem como os rendimentos resultantes de depósitos e aplicações de capitais dos recursos creditados nas contas do Fundo Municipal de Cultura;

Considerando que a inclusão do Fundo Municipal de Cultura como Unidade Orçamentária proporcionará ao Plano de Cultura para o Município de Maria da Fé, uma possibilidade de captar recursos financeiros externos que, agregados ao Orçamento Municipal e conforme as deliberações do Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé, incrementarão o financiamento de políticas culturais na base territorial do Município de Maria da Fé,

DECRETA:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Fundo Municipal de Cultura de Maria da Fé, Lei Municipal nº 1.375 de 07 de abril de 2009, tem a sua regulamentação, estrutura e funcionamento estabelecidos por este Decreto.

Art. 2º O Fundo Municipal de Cultura tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados a programas, projetos e ações culturais no Município de Maria da Fé.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo serão administrados segundo o Plano de Aplicação elaborado pelo Conselho Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé, obedecidas as diretrizes Federais, Estaduais e em conformidade com a Política Municipal de Cultura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

www.mariadafe.mg.gov.br

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE

Art. 3º Fica o Fundo Municipal de Cultura subordinado administrativamente à Secretaria Municipal de Cultura de Maria da Fé, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho Municipal de Cultura .

SEÇÃO I DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA - CMC

Art. 4º São atribuições do Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé, em relação ao Fundo:

- I - definir parâmetros gerais para aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC no que concerne à distribuição territorial e ao peso relativo dos diversos segmentos culturais;
- II – estabelecer, juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo as diretrizes de uso dos recursos, com base nas políticas culturais definidas no Plano Municipal de Cultura – PMC;
- III - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- IV - avaliar e aprovar os balancetes mensais e o balanço anual;
- V - solicitar, a qualquer tempo e a seu critério, as informações necessárias ao acompanhamento, ao controle e à avaliação das atividades a cargo do Fundo;
- VI - aprovar convênios, ajustes, acordos e contratos firmados com base em recursos do Fundo;
- VII - dar ampla publicidade, no município, de todas as resoluções do CMC relativas ao Fundo.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS DO FUNDO

Art. 5º São receitas do Fundo Municipal de Cultura - FMC:

- I - dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Maria da Fé e seus créditos adicionais;
- II - transferências federais e/ou estaduais à conta do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- III - contribuições de mantenedores;
- IV - doações e legados nos termos da legislação vigente;
- V - subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza, inclusive de organismos internacionais;
- VI - retorno dos resultados econômicos provenientes dos investimentos porventura realizados em empresas e projetos culturais efetivados com recursos do Fundo Municipal de Cultura - FMC;
- VII - saldos de exercícios anteriores; e
- VIII - Recursos resultantes de convênios, termos de colaboração ou de fomento celebrados entre a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e o Fundo Municipal de Cultura e o Estado, a União ou demais instituições públicas ou privadas, com competência na área cultural, observadas as obrigações contidas nos respectivos instrumentos.
- IX - outras receitas legalmente incorporáveis que lhe vierem a ser destinadas.



Parágrafo Único - A cada final de exercício financeiro, os recursos repassados ao FMC, não utilizados, serão transferidos para utilização da Secretaria Municipal de Cultura, no exercício financeiro subsequente.

CAPÍTULO IV DA CONTABILIZAÇÃO DO FUNDO

Art. 6º A contabilidade tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 7º A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente, inclusive de apurar custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 8º A gestão contábil dos recursos do Fundo será realizada pela Secretaria Municipal de Administração Financeira da Prefeitura Municipal de Maria da Fé ou empresas prestadoras de serviços na área contábil.

§ 1º. A execução financeira do Fundo Municipal de Cultura observará as normas regulares da Contabilidade Pública, bem como a legislação relativa a licitações e contratos e estará sujeita ao efetivo controle dos órgãos próprios de controle interno do Poder Executivo, sendo que a receita e aplicação dos respectivos recursos serão, periodicamente, objeto de informação e prestação de contas.

§ 2º. Para atendimento ao disposto no parágrafo primeiro deste artigo, o Fundo Municipal de Cultura encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado, após aprovação pelo Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé:

- I – mensalmente, demonstrativo de receitas e despesas (balancete);
- II – anualmente, relatório de atividades e prestação de contas, com Balanço Geral, observadas a legislação e as normas pertinentes.

§ 3º. O Conselho Municipal de Cultura para fins de publicidade do documento mensal a que se refere o item I, do parágrafo 2º, deste artigo deverá ser acompanhado de cópias dos respectivos comprovantes das receitas e despesas, o mesmo ocorrendo em relação à apresentação das contas ao Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé.

§ 4º. A Secretaria Municipal de Cultura e Turismo divulgará, a cada semestre, em meio de comunicação Oficial do Município e em sua página institucional na rede mundial de computadores:

I - demonstrativo contábil informando:

- a) recursos arrecadados ou recebidos;
- b) recursos utilizados;
- c) saldo de recursos disponíveis;

II - relatório discriminado, contendo:

- a) número de projetos culturais beneficiados;
- b) objeto e valor de cada um dos projetos beneficiados;
- c) os proponentes e os produtores responsáveis pela execução dos projetos;
- d) autores, artistas, companhias ou grupos beneficiados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

www.mariadafe.mg.gov.br

III - os projetos e os nomes dos proponentes que tiverem as prestações de contas aprovadas e os respectivos valores investidos.

CAPÍTULO V DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 9º. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei de Orçamento, a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé deverão analisar e aprovar o quadro de aplicação dos recursos do Fundo.

Art. 10. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária previsão orçamentária.

Parágrafo Único. Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos, poderão ser utilizados créditos adicionais, autorizados por Lei e abertos por Decreto do Poder Executivo.

Art. 11. As despesas do Fundo constituir-se-ão do financiamento total ou parcial dos programas, projetos e ações culturais implementados de forma descentralizada, constantes do plano de aplicação.

Art. 12. A execução orçamentária da receita processar-se-á através da obtenção do seu produto nos recursos do fundo determinadas neste Decreto, a qual será depositada e movimentada através da rede bancária oficial, em conta especial aberta para esse fim.

CAPÍTULO VI DA MOVIMENTAÇÃO E APLICAÇÃO

Art. 13. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura serão depositados em conta bancária específica aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação “Fundo Municipal de Cultura”.

Parágrafo Único. A conta bancária específica referida no caput deste artigo será movimentada pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura e Secretário Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 14. Os recursos do Fundo Municipal de Cultura somente serão aplicados e movimentados por deliberação do Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé, de acordo com o respectivo Plano de Aplicação aprovado pelo referido Conselho.

Art. 15. O exercício financeiro do Fundo Municipal de Cultura coincidirá com o ano civil.

Art. 16. O saldo positivo do Fundo Municipal de Cultura, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.

CAPÍTULO VII DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 17. Toda despesa realizada com recursos do Fundo deverá ser objeto de prestação de contas ao Poder Executivo e ao Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé, não excluindo a apresentação a outros órgãos públicos, nos casos assim determinados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

www.mariadafe.mg.gov.br

Art. 18. As entidades de Direito Público ou Privado que receberem recursos transferidos do Fundo a título de subvenções sociais, auxílios, convênios ou transferências a qualquer título, serão obrigadas a comprovar a aplicação dos recursos recebidos, segundo os fins a que se destinarem, sob pena de suspensão de novos recebimentos, além de responsabilização civil, criminal e administrativa.

Art. 19. A prestação de contas de que trata o artigo 14 será feita em estrita observância à legislação federal e municipal que regulam a tomada de prestações de contas no âmbito do Município.

CAPÍTULO VIII DO FINANCIAMENTO DE PROJETOS CULTURAIS

Art. 20. Para os efeitos deste Regulamento, considera-se:

I - Projeto Cultural: proposta de realização de obras, ações ou eventos especificamente voltados para o desenvolvimento das artes e/ou a preservação do patrimônio cultural do Município;

II - Proponente: pessoa jurídica ou física estabelecida ou domiciliada no município há, pelo menos, 2 (dois) ano(s), que proponha projetos de natureza cultural à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que contribua para a formação e/ou manutenção do FMC;

III - Produtor Cultural: responsável técnico pela execução do projeto cultural.

Art. 21. O Fundo Municipal de Cultura - FMC financiará projetos culturais apresentados por pessoas físicas e pessoas jurídicas de natureza cultural de direito público e de direito privado, com ou sem fins lucrativos.

Art. 22. Os projetos a serem custeados pelo FMC deverão enquadrar-se em uma ou mais das seguintes áreas artístico-culturais:

- I. Artes Visuais e Artesanato;
- II. Audiovisual, Fotografia e Novas Mídias;
- III. Dança;
- IV. Grupos Étnicos e Grupos de Gênero;
- V. Literatura;
- VI. Música;
- VII. Patrimônio e Tradições;
- VIII. Produtores Culturais;
- IX. Teatro e Circo.

Art. 23. Os projetos deverão ser apresentados em formulários específicos elaborados pelo Fundo Municipal de Cultura, acompanhados de documentos necessários para habilitação, análise técnica e de mérito.

CAPÍTULO IX DA SELEÇÃO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE INCENTIVO À CULTURA - CMIC

Art. 24. A seleção dos projetos culturais realizar-se-á por meio de atos convocatórios da Secretaria Municipal de Cultura e Conselho Municipal de Cultura;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

www.mariadafe.mg.gov.br

Parágrafo Único - O gestor e ordenador de despesas do FMC será o Presidente do Conselho Municipal de Cultura.

Art. 25. À Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC compete a avaliação das propostas em seleções públicas pelo Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé.

Art. 26. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, instituída, com prazo determinado, por ato do Presidente do Conselho Municipal de Cultura ou pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, será composta por profissionais especializados em cada área de linguagem cultural para elaboração de pareceres específicos sobre projetos com postulação de apoio financeiro.

Art. 27. Qualquer projeto apresentado por membros do Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé, independentemente do valor, deverá ser avaliado pela Comissão Municipal de Incentivo à Cultura - CMIC e está vedada a votação do conselheiro proponente do projeto.

§ 1º. Os membros da Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC serão convocados pelo Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e homologados pelo Presidente do CMC. Cada comissão deverá ser composta por 3 (três) especialistas locais e/ou regionais que farão a avaliação e seleção dos projetos inscritos.

§ 2º. Fica vedada a participação de membros do Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé na Comissão de Incentivo à Cultura - CMIC, bem como cancelada a inscrição de propostas que tenham vínculos diretos ou indiretos com membros dessa Comissão.

Art. 28. Compete à Comissão Municipal de Incentivo à Cultura, analisar a documentação e os objetivos de cada projeto, de acordo com as diretrizes da política cultural do Município, com o estabelecido neste Decreto, no Plano de Aplicação e no Plano Municipal de Cultura;

Art. 29. A Comissão Municipal de Incentivo à Cultura – CMIC deve adotar critérios objetivos na seleção das propostas:

I - avaliação das três dimensões culturais do projeto - simbólica, econômica e cidadã;

II - adequação orçamentária;

III - viabilidade de execução;

IV - capacidade técnico-operacional do proponente; e

V- o parecer final dos projetos será do Conselho Municipal Cultura de Maria da Fé.

Art. 30. Os recursos do FMC serão transferidos a cada proponente em conta corrente única, da qual seja ele titular, aberta em instituição financeira indicada pela Fundação com a finalidade exclusiva de movimentar os recursos transferidos para execução de ações apoiadas pelo Fundo;

Art. 31. Após a aprovação do projeto não será permitida a transferência de sua titularidade, salvo em casos de falecimento ou invalidez do proponente ou quando ocorrer o desligamento do dirigente da entidade e/ou da empresa.

Art. 32. Os executores dos projetos apresentarão, até 30 (trinta) dias após a sua conclusão, cronogramas físico-financeiros sobre a execução dos projetos e prestarão contas da utilização dos recursos alocados aos projetos culturais incentivados, de forma a possibilitar a avaliação, pelo CMC e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, dos resultados



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

www.mariadafe.mg.gov.br

atingidos, dos objetivos alcançados, dos custos reais, da repercussão da iniciativa na sociedade e demais compromissos assumidos pelo proponente e pelo executor.

Parágrafo Único - A não apresentação da prestação de contas e de relatórios de execução nos prazos fixados implicará na aplicação de uma das seguintes sanções ao proponente, a critério da comissão responsável pela análise do projeto:

I - advertência;

II - suspensão da análise e arquivamento de projetos que envolvam seus nomes e que estejam tramitando no FMC;

III - paralisação e tomada de contas do projeto em execução;

IV - impedimento de pleitearem qualquer outro incentivo do Fundo Municipal de Cultura e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo e de participarem, de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

Art. 33. Os benefícios do FMC não poderão ser concedidos a projeto que não seja de natureza cultural ou cujo proponente:

I - esteja inadimplente com a Prefeitura Municipal;

II - esteja inadimplente com prestação de contas de projeto cultural anterior;

III - não tenha domicílio no Município;

IV - seja servidor público municipal ou membro do CMC, do CMIC ou do FMC;

V - seja pessoa jurídica não-governamental que tenha, na composição de sua diretoria, membro do FMC ou pessoa inadimplente com prestação de contas de projeto cultural realizado anteriormente;

VI - já tenha projeto aprovado para execução no mesmo ano civil;

VII - sendo pessoa jurídica de direito privado, não tenha por objeto o exercício de atividades na área cultural em que se enquadre o projeto, dentre as áreas culturais indicadas neste Decreto;

X - esteja inadimplente com o Fundo, nos termos do artigo anterior.

§ 1º. As vedações previstas neste artigo estendem-se aos parentes até o segundo grau, bem como, aos cônjuges ou companheiros, quer na qualidade de pessoa física, quer por intermédio de pessoa jurídica da qual sejam sócios, no que se refere a projeto que envolva ou beneficie diretamente a pessoa impedida.

Art. 34. Os recursos do FMC não poderão ser aplicados em construção e/ou conservação de bens imóveis, exceto quando se tratar de projetos para a área de patrimônio cultural.

Art. 35. Os recursos do FMC poderão ser aplicados na aquisição de material permanente, desde que o proponente seja órgão público e os materiais sejam imprescindíveis à execução do projeto.

Art. 36. Os recursos utilizados indevidamente deverão ser devolvidos, acrescidos de juros pela Taxa Selic ou por outra que a venha substituir, sem prejuízo da aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Decreto.

Art. 37. Os proponentes dos projetos aprovados deverão divulgar, obrigatoriamente, em todos os produtos culturais, espetáculos, atividades, comunicações, releases, convites, peças publicitárias audiovisuais e escritas, o apoio institucional da Secretaria Municipal de Cultura e do Fundo Municipal de Cultura, sob pena de serem considerados inadimplentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ - MG

CNPJ: 18.025.957/0001-58

www.mariadafe.mg.gov.br

Art. 38. Os projetos já aprovados e desenvolvidos anteriormente e que forem concorrer novamente aos benefícios do investimento cultural com repetição de seus conteúdos fundamentais, deverão anexar relatório de atividades, contendo as ações previstas e executadas, bem como explicitar os benefícios planejados para a continuidade.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 39. Os projetos não aprovados ficarão à disposição de seus proponentes até 30 (trinta) dias após a divulgação do resultado, sendo inutilizados aqueles que não forem retirados neste prazo.

Art. 40. Para administração dos recursos financeiros do Fundo será composta uma junta administrativa, a ser integrada por 2 (dois) membros do Conselho Municipal de Cultura de Maria da Fé, e 1 (um) representante do Poder Público Municipal, indicado pelo Chefe do Poder Executivo de Maria da Fé.

Art. 41. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA SANTOS DE ALMEIDA BRNARDO
Prefeita Municipal